

**Comércio do Centro apoia mudança da Câmara para o Palácio da Justiça**

Luiz Felipe Leite  
luiz.leite@rac.com.br

Em nota divulgada ontem, dia 26, a Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic), o Sindilojas, o Sindivarejista e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), entidades ligadas ao comércio, declararam apoio à proposta de transferência da sede da Câmara de Vereadores, localizada atualmente no bairro da Ponte Preta, para o Palácio da Justiça, situado no Centro da cidade. Para os representantes das entidades, a iniciativa reforça o projeto de revitalização da área central, com o objetivo de recuperar o dinamismo econômico e cultural da região. Enquanto isso, o setor de engenharia da Câmara já analisa a planta do imóvel, com o objetivo de avaliar as intervenções necessárias para a possível mudança. A informação foi confirmada pelo presidente da Casa, Luiz Rossini (Republicanos), ao Correio Popular na manhã de ontem, dia 26.

**Câmara já analisa a planta do imóvel do Palácio da Justiça**

Para a presidente da Acic, Adriana Fiosi, que também responde pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação de Campinas, a mudança trará mais movimento para a área central, revitalizando o comércio e melhorando o atendimento ao público. "Esse é um passo importante para devolver ao Centro a sua importância histórica e econômica", declarou.

O apoio à iniciativa da Câmara também conta com a adesão de comerciantes e demais profissionais que trabalham nos arredores do Palácio da Justiça. Um deles é o taxista Sebastião Souza, que há 29 anos trabalha em um ponto localizado na Rua General Osório, ao lado do prédio tombado. Ele detalhou que o movimento de pessoas na região caiu muito nos últimos anos, principalmente com o fechamento da unidade do Poupatempo na Avenida Francisco Glicério, em 2020. "Seria bom que ocupem esse prédio. Vai ajudar todos que trabalham por aqui."

Tatiana Sakai, sócia-proprietária de um restaurante que funciona há décadas em frente ao Largo do Rosário, próximo ao Palácio da Justiça, na Rua Barão de Itaguara, comentou que a região central precisa de uma requalificação urgente. "Estou nesse negócio há 15 anos. O dono anterior me contou que a queda de movimento de pessoas no Centro começou mesmo em 2005, quando inauguraram a Cidade Judiciária e começaram a esvaziar o Palácio da Justiça. Outro problema é a sujeira e o mau cheiro na região central. Isso é outro fator que afasta as pessoas. Tomara que essa mudança no antigo Fórum ajude mesmo a reverter todos esses problemas", relatou.

A vendedora de uma loja, também localizada no Largo do Rosário, trabalha na região desde fevereiro deste ano. Ela, que pediu para não ser identificada, comentou que as vendas do estabelecimento, que funciona há um ano, poderiam ser melhores. "A dona daqui acha que poderá vender mais, se mais pessoas voltarem a frequentar o Centro da cidade. Então estamos com esperança de que essas medidas do Poder Público colaborem com nós, comerciantes", defendeu.

Gerente de um estacionamento localizado no cruzamento das ruas General Osório e José Paulino, Tiago Batista de Oliveira está há cinco anos no local. Ele aposta na vinda da Câmara de Campinas para o Palácio de Justiça



Entre 1948 e 1970, o Palácio da Justiça foi sede da Câmara de Campinas, que posteriormente foi remanejada para o Palácio dos Jequitibás, onde permaneceu até 2006

REVITALIZAÇÃO DO CENTRO

**Comércio apoia instalação da Câmara no Palácio da Justiça**

Entidades consideram que iniciativa reforça projeto de revitalização da região central de Campinas



Tatiana Sakai, sócia-proprietária de um restaurante que funciona há décadas no Largo do Rosário: "O dono anterior me contou que a queda de movimento de pessoas no Centro começou em 2005, quando inauguraram a Cidade Judiciária e começaram a esvaziar o Palácio da Justiça"

ca como uma medida para ajudar a ressuscitar o Centro da cidade. "Torço para que venham muitas pessoas e que ajudem, de fato, a retomar a vida da região."

**INSPEÇÃO INICIAL E HISTÓRICO DO PRÉDIO**

A planta do prédio do Palácio da Justiça será analisada pelos técnicos da área de engenharia da Câmara Municipal. O objetivo é avaliar as intervenções necessárias para uma possível transferência da sede do Legislativo, atualmente no bairro da Ponte Preta, para a região central da cidade. A mudança de local é defendida pelo presidente do Legislativo, Luiz Rossini (Republicanos) e conta com o apoio da Prefeitura de Campinas e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), atual ocupan-

te do Palácio da Justiça.

Segundo o Chefe do Poder Legislativo, a avaliação da planta do prédio, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc) desde 2010, poderá ser realizada mesmo com o local ainda em posse do TJ-SP. "Nenhuma intervenção direta poderá acontecer antes da cessão do prédio para a Câmara. Espero que isso ocorra ainda neste ano. O importante é iniciarmos e amadurecermos esse processo, pois tenho certeza que será fundamental para auxiliar na recuperação da região central da cidade", afirmou Rossini.

O proprietário oficial do Palácio da Justiça, localizado na Rua Regente Feijó, é o Governo de São Paulo. Com a devolução do local pelo Tribunal de Justiça, que ainda

não tem prazo definido, o imóvel precisará ser cedido para a Prefeitura de Campinas. A Administração Municipal, por sua vez, repassará a cessão de uso da estrutura para a Câmara Municipal.

Esse assunto foi debatido na última quinta-feira, dia 22, durante uma visita de uma comitiva da Prefeitura à Secretaria de Gestão e Governo Digital do Estado de São Paulo. Na ocasião, foi formalizado o pedido de cessão do prédio do antigo Fórum ao Município, por meio de um ofício assinado pelo prefeito Dário Saadi (Republicanos) e endereçado ao presidente do TJ-SP, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, para posterior análise pelo secretário de Justiça e Cidadania do Governo de São Paulo, Fábio Prieto.

Participaram do encontro

o secretário de Justiça de Campinas, Peter Panuto, o procurador-geral adjunto de Campinas, Edson Orru, e o diretor do Patrimônio do Governo do Estado de São Paulo, Paulo Vidal, além das respectivas equipes. O Tribunal de Justiça já informou apoiar a ação, faltando apenas uma articulação com o Governo de São Paulo para viabilizar as transferências de cessão do Palácio da Justiça. No entanto, o TJ-SP não respondeu sobre o cronograma para desocupar definitivamente o prédio do antigo Fórum, que possui cinco andares e mais de 60 salas. Atualmente, ainda funciona no local a Vara do Juri, o Juizado Especial e o Setor Psicossocial, todos administrados pelo TJ-SP.

A Secretaria de Gestão e Governo Digital do Estado

de São Paulo informou que, no momento, não irá se manifestar sobre o tema.

Uma inspeção foi realizada no prédio do Palácio da Justiça no último dia 16 de agosto, por uma comitiva formada por integrantes da Prefeitura e da Câmara de Campinas. A intenção dos vereadores em assumir o edifício foi antecipada pelo Correio Popular em conversas com o presidente da Câmara, Luiz Rossini, no ano passado.

Caso a mudança da Câmara para o Palácio da Justiça seja concretizada, o prédio onde hoje funciona o Legislativo, no bairro da Ponte Preta, será devolvido para a Prefeitura. A tendência é que o local se torne um centro administrativo com vários órgãos e departamentos que, atualmente, estão em imóveis alugados. A prioridade será para os setores que estão em um raião de dois quilômetros da atual sede da Câmara.

Inaugurado em 1942, durante o Governo Vargas, o Palácio da Justiça possui estilo art déco. Erguido em frente à Praça Guilherme de Almeida, o edifício tem relação direta com o Plano de Melhoramentos Urbanos, projetado pelo engenheiro Francisco Prestes Maia, que foi prefeito de São Paulo em duas oportunidades. O prédio foi construído no terreno aos fundos da antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário, demolida em 1956 devido ao mesmo plano.

Entre 1948 e 1970, o Palácio da Justiça foi sede da Câmara de Campinas, que posteriormente foi remanejada para o Palácio dos Jequitibás, onde permaneceu até 2006. Desde então, o Legislativo está no prédio localizado no bairro da Ponte Preta. Já o edifício da Rua Regente Feijó foi sede do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral por décadas.

